

nhor Luiz Rossini, que requer manifestação de pesar pelo falecimento de Ozayr Rizzo, ex-vereador e ex-presidente da Câmara Municipal de Campinas.

25) Turno único de discussão e votação do Requerimento nº 548/21, de autoria do senhor Jorge Schneider, que requer manifestação de pesar pelo passamento do senhor Justino Alfredo, último pracinha da Força Expedicionária Brasileira (FEB).

26) Turno único de discussão e votação do Requerimento nº 549/21, de autoria do senhor Carmo Luiz, que requer manifestação de pesar pelo falecimento do senhor Mário Vieira.

27) Turno único de discussão e votação do Requerimento nº 550/21, de autoria do senhor Major Jaime, que requer manifestação de pesar pelo óbito do último herói e pracinha campineiro da FEB, Justino Alfredo.

28) Turno único de discussão e votação do Requerimento nº 561/21, de autoria do senhor Cecílio Santos, que requer votos de aplausos ao professor Edson Anício Duarte e seus alunos abaixo descritos, pela produção científica e participação em feiras e congressos, incentivando os jovens na produção científica e levando o nome da cidade de Campinas, através do IFSP, para feiras e eventos nacionais.

29) Turno único de discussão e votação do Requerimento nº 562/21, de autoria do senhor Cecílio Santos, que requer votos de aplausos para o Jornal Via Amoreiras pelo excelente e relevante trabalho de informação dedicado gratuitamente em prol da comunidade campineira.

30) Turno único de discussão e votação do Requerimento nº 564/21, de autoria do senhor Carmo Luiz, que requer votos de aplausos ao senhor Jonas Donizette pelos relevantes trabalhos desenvolvidos na presidência da Frente Nacional de Prefeitos (FNP).

31) Turno único de discussão e votação do Requerimento nº 565/21, de autoria do senhor Carmo Luiz, que requer votos de aplausos ao professor Antonio José de Almeida Meirelles, mais conhecido como "Tom Zé", novo reitor da Unicamp.

32) Turno único de discussão e votação do Requerimento nº 569/21, de autoria do senhor Carmo Luiz, que requer votos de aplausos para o dia 22 de abril, Dia da Comunidade Luso-Brasileira.

33) Turno único de discussão e votação do Requerimento nº 576/21, de autoria do senhor Professor Alberto, que requer manifestação de pesar pelo falecimento do senhor Adenir Aparecido Correa.

34) Turno único de discussão e votação do Requerimento nº 577/21, de autoria do senhor Eduardo Magoga, que requer manifestação de pesar pelo óbito da senhora Ileda Nogueira Neves.

35) Turno único de discussão e votação do Requerimento nº 578/21, de autoria do senhor Eduardo Magoga, que requer manifestação de pesar pelo óbito do senhor Carlos Vieira de Vasconcelos.

36) Turno único de discussão e votação do Requerimento nº 579/21, de autoria do senhor Carmo Luiz, que requer manifestação de pesar pelo falecimento do senhor Moko Yabiku.

37) Turno único de discussão e votação do Requerimento nº 586/21, de autoria do senhor Carmo Luiz, que requer manifestação de pesar pelo falecimento do senhor Irdival Aparecido Frezzato.

38) Turno único de discussão e votação do Requerimento nº 587/21, de autoria do senhor Cecílio Santos, que requer manifestação de pesar pelo falecimento de Maria Haydée de Jesus Lima.

39) Turno único de discussão e votação do Requerimento nº 596/21, de autoria do senhor Carmo Luiz, que requer votos de aplausos para o dia 25 de abril, Dia do Contabilista.

Campinas, 23 de abril de 2021

ZÉ CARLOS
Presidente

DIVERSOS

ENTIDADES ASSISTENCIAIS E ASSOCIAÇÕES DE BAIRRO

CENTRO DE APRENDIZAGEM E MOBILIZAÇÃO PELA CIDADANIA - CAMPC - CNPJ: 45.123.916/0001-77 - C.C.: 3414.63.20.0001.01001 - I.M.: 115082-0, 164321-5

PARECER E MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FISCAL 2020
CENTRO DE APRENDIZAGEM E MOBILIZAÇÃO PELA CIDADANIA
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
CNPJ: 45.123.916/0001-77
(Valores expressos em reais)

	2020	2019		2020	2019
ATIVO CIRCULANTE			PASSIVO CIRCULANTE		
Disponibilidades	1.581.460	1.325.295	Fornecedores	17.200	26.565
Caixa	3.456	3.404	Salários e Ordenados a Pagar	763.635	773.202
Bancos	266.473	508.689	Impostos, Taxas e Contribuições	147.306	152.607
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	1.311.531	813.202	Provisões Para Férias	1.038.866	923.967
			Contas a Pagar	5.088	0
Direitos Realizáveis	968.394	1.059.527	Total do Passivo Circulante	1.972.096	1.876.342
Conveniadas	1.369.424	1.399.469			
Provisão Esperada para Liquidação de Crédito	(416.766)	(342.512)	NÃO CIRCULANTE		
Seguros a Incorrer	15.736	2.570	Exigível a Longo Prazo		
			Provisões Para Contingências	91.455	141.455
Total do ativo circulante	2.549.854	2.384.822	Total do Passivo Não Circulante	91.455	141.455
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a Longo Prazo			PATRIMÔNIO SOCIAL		
Outros Créditos	-	-	Reservas do Patrimônio Social		
			Reservas de reavaliação	1.469.522	1.494.498
Investimentos	-	-	Doações Patrimoniais		
			Total Reservas do Patrimônio Social	1.469.522	1.494.498
Imobilizado	5.752.068	5.971.334			
Total do ativo não circulante	5.752.068	5.971.334	Superávit Acumulados	4.768.849	4.843.861
			Total do Patrimônio Social	6.238.371	6.338.359
COMPENSAÇÃO - ATIVO (Imunidades Tributárias)	6.142.945	7.062.562			
TOTAL DO ATIVO	14.444.866	15.418.718	COMPENSAÇÃO - PASSIVO (Imunidades)	6.142.945	7.062.562
			TOTAL DO PASSIVO	14.444.866	15.418.718

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT OU DÉFICIT DO PERÍODO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018. (Valores expressos em reais)

	Nota	2020	2019
RECEITA OPERACIONAL BRUTA			
Receitas próprias			
Receitas PJ de Direito Privado - Garantia de Aprendizizes		5.933.823	7.598.510
Receitas PJ de Direito Público e Fundações - Garantia de Aprendizizes		5.680.707	6.168.313
Receitas PJ de Direito Privado - Contribuição Socioeducativa		2.746.039	2.743.726
Receitas PJ de Direito Público e Fundações - Custeio da Gestão Socioeducativa		1.276.828	1.621.357
Doações Recebidas		9.133	141.290
Registro do Trabalho Voluntário		232.423	188.747
Receitas de Locação		51.600	59.584
Reversão de Provisões		-	-
Receitas do Poder Público			
Patrocínio da Banda Sinfônica - Sanasa		115.500	126.000
Receitas da Nota Fiscal Paulista		19.539	14.379
Repasse Municipais - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	N1	8.750	32.810
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		16.074.343	18.694.716
CUSTOS SUPERÁVIT BRUTO		(12.456.368)	(14.753.825)
DESPESAS OPERACIONAIS		3.617.975	3.940.891
Gerais e Administrativas		(3.733.119)	(3.845.052)
RECEITA / DESPESA FINANCEIRA			
Receita Financeira		26.865	65.692
Despesa Financeira		(11.709)	(16.847)
RESULTADO FINANCEIRO		15.156	48.846
RESULTADO OPERACIONAL		(99.989)	144.685
DÉFICIT DO EXERCÍCIO		(99.989)	144.685

PARECER DO CONSELHO FISCAL 2020

Os membros do Conselho Fiscal do Centro de Aprendizagem e Mobilização Pela Cidadania - CAMPC, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias examinaram o relatório da administração, o Balanço Patrimonial da Entidade encerrado em 31 de dezembro de 2020 e 2019, em conjunto com a DRE - Demonstração do Resultado do Exercício, DFC - Demonstração de Fluxo de Caixa, DMPL - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, e as Notas Explicativas sobre as demonstrações financeiras. A vista das verificações realizadas, bem como baseados no parecer dos Auditores Independentes, constataram a exatidão de todos os elementos apreciados, que refletem, adequadamente, a situação patrimonial a posição financeira e econômica e as atividades desenvolvidas no período, recomendando que sejam aprovadas pelo conselho deliberativo da Entidade.

MANIFESTAÇÃO EXPRESSA DO CONSELHO FISCAL 2020

O conselho fiscal confirma que o montante apresentado nas Demonstrações de Resultados dos Exercícios, destacado na nota N1, totalizando R\$ 8.750,43 (oito mil setecentos e cinquenta reais e quarenta e três centavos) representa o valor total repassado pela SMCAIS de Campinas. Tais valores que se constituem como recursos públicos foram movimentados em conta específica, aberta na instituição financeira (Banco do Brasil) indicada pelo respectivo órgão público concessor.

Campinas, 31 de dezembro de 2020.

Augusto Cesar Scorza

Paulo Celso Motta

Luis Carlos da Silva Ramos

CENTRO DE APRENDIZAGEM E MOBILIZAÇÃO PELA CIDADANIA - CAMPC			
Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.			
CNPJ 45.123.916/0001-77			
	2020	2019	
Superávit / Déficit Líquido do Exercício	(99.989)	144.685	
Ajustes			
Depreciação e Amortização	243.958	244.400	
Total	143.969	389.085	
Varição nos Ativos	91.133	(331.608)	
Contas a Receber	104.299	(406.647)	
Despesas Antecipadas	(13.165)	15.163	
Outros Créditos	-	59.875	
Varição nos Passivos Operacionais	35.578	197.515	
Fornecedores a Pagar	(9.365)	(11.500)	
Obrigações Sociais e Fiscais	(5.301)	15.979	
Obrigações Trabalhistas	(9.567)	52.405	
Provisões para Férias	114.899	133.465	
Provisões para Contingências	(50.000)	7.165	
Seguros a Pagar	(5.088)	-	
Caixa Proveniente das Atividades Operacionais	270.680	254.991	
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos	Exercício 2020	Exercício 2019	
Aquisições de Ativos Imobilizados	(14.514)	(105.058)	
Caixa Proveniente das Atividades de Investimentos	(14.514)	(105.058)	
Total	256.166	149.934	
Redução/Aumento Líquida (o) de Caixa e Equivalente a Caixa	256.166	149.934	
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	1.325.295	1.175.361	
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Período	1.581.460	1.325.295	
Conciliação de Caixa e Equivalente de Caixa	Exercício 2020	Exercício 2019	
Caixas e Bancos	269.929	512.093	
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	1.311.531	813.202	
Total	1.581.460	1.325.295	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CENTRO DE APRENDIZAGEM E MOBILIZAÇÃO PELA CIDADANIA - CAMPC

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019.

CONTEXTO OPERACIONAL

Nota Explicativa nº 01:

O Centro de Aprendizagem e Mobilização Pela Cidadania (CAMPC), inscrito no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica (CNPJ) sob nº 45.123.916/0001-77, é uma associação de fins não econômicos e lucrativos, pessoa jurídica de direito privado, autônoma, apartidária, entidade beneficente de assistência social, reconhecida de utilidade pública, regularmente inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social, registrada no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Certificada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário.

O Centro de Aprendizagem e Mobilização Pela Cidadania (CAMPC), também designado pela sigla CAMPC, adota o nome fantasia Patrulheiros Campinas.

Constituem missão institucional do CAMPC a promoção, proteção e formação cidadã da criança, do adolescente e do jovem, em situações de vulnerabilidade e/ou risco social e pessoal, apoiando e fortalecendo suas famílias e comunidades na superação das desigualdades sociais.

O CAMPC tem objetivos assistenciais de ordem social, nos termos da Constituição Federal, dos quais se destacam:

- I. a promoção da assistência social, de forma articulada e integrada com as demais políticas públicas;
- II. a proteção social à infância, adolescência, juventude e família;
- III. a promoção do pleno desenvolvimento de adolescentes e jovens, mediante oportunidades de acesso e usufruto de direitos, construção de novos conhecimentos, convivência social, educação continuada, participação cidadã e formação geral para o mundo do trabalho;
- IV. a promoção da integração de adolescentes e jovens ao mercado de trabalho, com proteção social e garantia de direitos;
- V. a promoção da educação profissional, saúde, ciência e tecnologia, arte, esporte e lazer;
- VI. a promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
- VII. a defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
- VIII. a promoção do voluntariado;
- IX. a promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;
- X. a promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais, na perspectiva da construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

As ações do CAMPC – integralmente gratuitas, continuadas, permanentes e planejadas – estão pautadas no ordenamento pátrio, em especial na Constituição Federal, Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742/1993); Política Nacional de Assistência Social (Resolução CNAS nº 145/2004), alinhando-se com a NOB/SUAS (Resolução CNAS nº 33/2012), Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009), Resolução CNAS nº 27/2011, Resolução CNAS nº 33/2011 e demais normativas e orientações relativas à Política de Assistência Social.

A entidade está devidamente inscrita no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS - Campinas) sob nº 133-E e registrada no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA Campinas) sob nº 053. Os programas/cursos no que tange à Socioaprendizagem foram devidamente inscritos no CMDCA e validados pelo Ministério do Trabalho e estão amparados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), alterada pela Lei da Aprendizagem (Lei nº 10.097/2000) e posteriores, Decreto nº 9.579/2018 consolidado em suas alterações, bem como pela Portaria MTb nº 723/2012 consolidada.

O desenvolvimento da Socioaprendizagem para adolescentes, jovens e pessoas com deficiência (PcD) com objetivo de promover a integração ao mundo do trabalho, de acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), observadas as ações protetivas

previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente e Estatuto da Juventude, encontra respaldo no artigo 203 da Constituição Federal, artigo 2º da Lei nº 8.742/1993, artigo 18 da Lei nº 12.101/2009 com redação dada pela Lei nº 12.868/2013, bem como na legislação específica já citada.

Nesse contexto, além da manutenção de seus registros e inscrições o CAMPC é reconhecido como entidade de Utilidade Pública Estadual pela Lei nº 202/74 e Utilidade Pública Municipal pela Lei nº 3.825/69, possui Cadastro na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDS/SP nº 2.094/1969 e Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS (28996.025507/1995-00), renovada pela Portaria SNAS/MDS nº 40, item 48, de 27/02/2018, com validade de 11/03/2018 a 10/03/2021.

Base de elaboração das demonstrações contábeis e resumo das principais práticas contábeis adotadas

Declaração de conformidade

Nota Explicativa nº 02:

As demonstrações contábeis foram estruturadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo o padrão de contabilização das Normas Brasileiras de Contabilidade, em especial a ITG 2002 R1 – Entidades sem finalidades de lucros, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos ativos financeiros não derivativos que são mensurados pelo valor justo, apurado no resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade.

Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas brasileiras de contabilidade exige que a Administração da Associação faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões de estimativas contábeis são lançadas no período em que as estimativas são revisadas, assim como nos períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos referentes às políticas contábeis que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão informadas nas notas nº 04 para Estimativa de Perda de Crédito de Liquidação Duvidosa e nº 12 para passivos continentais.

Nota Explicativa nº 03:

A prática contábil adotada é o regime de competência. Os direitos e obrigações da entidade estão registrados pelos seus valores originais (custo histórico), acrescidos dos encargos e correções até a data do balanço.

Nota Explicativa nº 04:

Gerenciamento de riscos

A Entidade apresenta exposição natural a riscos financeiros e econômicos advindos do uso de instrumentos financeiros, que basicamente são:

Risco de crédito e de liquidez: É a possibilidade da ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, do contrato, convênio ou termo de parceria, assim como suas obrigações financeiras. O grupo de contas a receber, que é composto basicamente deste tipo de instrumento, é revisado periodicamente e ajustado contra a conta de PECLD, se necessário.

Riscos de taxas de juros: Apesar de exposta a este risco, ele é controlado e irrelevante, uma vez que a Entidade possui apenas aplicações financeiras com taxas pré-fixadas e conservadoras.

Ativo circulante e não circulante

Nota Explicativa nº 05:

Os recursos financeiros, caixa e equivalentes de caixa estão registrados pelo seu valor de aplicação original, acrescidos dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, com base no regime contábil da competência. Os saldos analíticos findos em 31/12/2020 e 31/12/2019 estão apresentados a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.456	3.404
Caixa	3.456	3.404
Bancos conta Movimento	266.473	508.689
Banco Itau c/c 75.757-6	-	-
Banco Bradesco c/c 85.630-4	263.833	507.505
Banco do Brasil c/c 17-5	820	704
Banco do Brasil c/c 7.412-8	-	-
Banco do Brasil c/c 7.998-7	203	480
Banco do Brasil c/c 7.999-5	-	-
Banco do Brasil c/c 8.551-0	-	-
Banco Santander 13005075-3	1.616	-
Aplicações de Liquidez Imediata	1.311.531	813.202
Itau - Aplicação Automática 75757-6	-	-
Banco do Brasil - Fundos de Investimento	613.798	376.957
Bradesco - CDB	445.568	436.244
Aplicação Bradesco FICFR	252.166	-
Total	1.581.460	1.325.295

As aplicações financeiras da instituição não estão sujeitas à incidência de impostos, em razão do gozo de imunidade de tributos federais. Os recursos financeiros, caixa e equivalentes de caixa trata-se de verbas atreladas a contratos e termos de parceria, utilizadas como reserva para a realização da missão institucional do CAMPC.

Nota Explicativa nº 06:

No grupo de direitos realizáveis, a conta de Contratos, Convênios e Termos de Parceria, registrada no Ativo Circulante, representa os valores recebíveis das pessoas jurídicas de direito privado (empresas parceiras) e pessoa jurídica de direito público e economia mista.

Os recebíveis são realizáveis em até noventa dias, por isso não foram identificados valores relevantes para ajuste a valor presente, contudo, a administração do CAMPC constituiu Estimativa de Perda de Crédito de Liquidação Duvidosa no valor de R\$ 416.766 (quatrocentos e dezesseis mil e setecentos e sessenta e seis reais).

Seguros contratados**Nota Explicativa nº 07:**

O grupo de seguros a apropriar representa despesas antecipadas e refere-se ao pagamento de prêmios de seguros, cujo período de vigência beneficia o exercício seguinte e estão representadas pelo seu valor nominal.

Seguro dos veículos:

Em 31 de dezembro de 2020, a Entidade possuía seguro compreensivo empresarial de seus veículos e de sua sede, com as seguradoras Itaú Seguros, Porto Seguro Cia de Seguros Gerais e Jmalucelli Seguradora, conforme abaixo:

Seguradora	Itaú Seguros
Número da Apólice	0531 26 9636896
Bem segurado	Veículo GM Corsa Sedan Classic 1.0 LS VHC Flex
Ano/Modelo	2013/2014
Vigência	11/09/2020 a 11/09/2021

Seguradora	Porto Seguro Seguros
Número da Apólice	0531 26 9744621
Bem segurado	Veículo Volkswagen Kombi Standard 1.4 8v Total Flex
Ano/Modelo	2007/2008
Vigência	24/10/2020 a 27/10/2021

Seguradora	Porto Seguro Seguros
Número da Apólice	0118 26 80 074-2
Bem segurado	Sede Social - Avenida das Amoreiras, 906, Parque Itália, Campinas/SP, CEP 13036-225
Vigência	14/09/2020 a 14/09/2021

Seguradora	Porto Seguro Seguros
Número da Apólice	0531 26 9861580
Bem segurado	Veículo Renault Master Minibus Executive 2.3 Dci 16l
Ano/Modelo	2013/2014
Vigência	01/12/2020 a 01/12/2021

Seguradora	Jmalucelli Seguradora
Número da Apólice	02.0775-0332985
Bem segurado	Garantia de Contrato
Vigência	21/07/2020 a 26/07/2024

Seguradora	Porto Seguro
Número da Apólice	0531 26 8610761
Bem segurado	Moto – Renavam 1116635728
Vigência	17/08/2020 a 17/08/2021

Nota Explicativa nº 08:

O imobilizado apresenta-se pelo custo de aquisição ou valor original, reconhecida a depreciação ou amortização no resultado, baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que, para a Entidade, este método é o que mais se assemelha ao padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Nos quadros a seguir, estão demonstradas as taxas de depreciações e a composição do imobilizado:

Imobilizado	Custo Original	Depreciação	Valor Líquido	Taxa anual de Depreciação
Imóveis em Uso	5.839.883	(1.733.104)	4.106.779	4%
Terreno	1.427.900	0	1.427.900	0%
Máquinas e Equipamentos	127.863	(127.863)	0	10%
Móveis e Utensílios	298.580	(298.580)	0	10%
Veículos	281.801	(110.581)	171.220	20%
Equipamentos de Informática	317.616	(293.118)	24.498	20%
Biblioteca	6.008	0	6.008	10%
Instrumentos Musicais	49.107	(33.445)	15.662	10%
Totais	8.348.758	(2.596.691)	5.752.067	

Redução ao valor recuperável de ativos**Nota Explicativa nº 09:**

Uma perda por desvalorização ocorre quando o valor contábil de um ativo excede seu valor recuperável. A administração da entidade avaliou as fontes internas e externas de informação e não encontrou indicadores relevantes de desvalorização dos ativos, por este motivo não há redução a valor recuperável de ativos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Passivo e provisões de contingências passivas**Nota Explicativa nº 10:**

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicáveis, de encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. O passivo para remuneração de funcionários, principalmente relativo aos encargos de férias, é provisionado à medida que vencem os períodos aquisitivos.

Nota Explicativa nº 11:

As Provisões de Férias estão constituídas em montante suficiente para fazer frente às obrigações com funcionários e aprendizes, por conta de férias vencidas e proporcionais, considerando, ainda, os encargos legais e o adicional de um terço até a data do balanço.

Nota Explicativa nº 12:

O reconhecimento, a mensuração e divulgação das provisões para contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na NBC TG 25, aprovado pela Resolução CFC nº 1.180/09 e pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Tais valores decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal da Entidade e movidos por terceiros, mediante ações trabalhistas, cíveis e tributárias. Essas contingências foram avaliadas por nosso Departamento Jurídico e quantificadas por meio de critérios que permitiram a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

Todos os processos classificados como provável estão devidamente provisionados ou já foram realizados depósitos judiciais em importe que alcança a totalidade do débito estimado.

Nossos Advogados classificaram como possível apenas um processo de natureza tributária com valor total de R\$ 10.000,00.

Patrimônio Social**Nota Explicativa nº 13:**

O patrimônio social representa o patrimônio inicial, acrescido ou reduzido dos superávits/déicits apurados anualmente, desde a ata de sua constituição. O superávit do exercício será transferido para a conta patrimônio social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e de acordo com a ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros.

Resultado operacional da Entidade**Nota Explicativa nº 14:**

Os custos e despesas são reconhecidos pelos valores de aquisição em conformidade com o regime contábil da competência. As amortizações e depreciações são computadas pelo método linear, conforme as taxas da Nota Explicativa nº 08.

Nota Explicativa nº 15:

As despesas da entidade são apuradas por meio de notas fiscais e recibos hábeis, em conformidade com as exigências legais/fiscais.

Nota Explicativa nº 16:

As receitas foram apuradas pelo método da competência por meio de Notas Fiscais Eletrônicas de Prestação de Serviços, com lastro em contratos, convênios e termos de parceria, firmados com empresas parceiras e órgãos públicos, contabilizados de acordo com a NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais, quando públicas.

Nota Explicativa nº 17:

Eventualmente, a entidade recebe doações de pessoas físicas não usuárias e/ou jurídicas, em 2020 foram registradas doações no valor de 8.802 (oito mil, oitocentos e dois reais).

Nota Explicativa nº 18:

Como entidade de assistência social, participe no desenvolvimento de políticas públicas e/ou de interesse público, o CAMPC habilitou-se em editais públicos e assinou contratos e convênios, cujas propostas, previamente aprovadas, garantiram verbas carimbadas e/ou atreladas ao objeto principal do contrato/convênio, auditados pelos órgãos e legislação próprias de controle social, que corroboram com o cumprimento das finalidades estatutárias do CAMPC e estão classificados em grupo próprio na Demonstração de Resultados do Exercício.

No ano de 2020, a entidade recebeu recursos públicos no montante de R\$ 7.101.324 (sete milhões, cento e um mil, trezentos e vinte e quatro reais). A seguir, serão relacionados os valores e as origens destes recursos classificados na Demonstração do Resultado do Exercício.

Órgão Origem	Garantia de Direitos de	Custeio Gestão Socioeducativa	Valor Total
Prefeitura Municipal de Campinas	2.633.385	282.229	2.915.614
Universidade Estadual de Campinas	1.028.248	330.468	1.358.716
Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento	850.322	270.704	1.121.026
Fundação de Desenvolvimento da Unicamp	568.712	184.673	753.385
Fundação Centro Médico de Campinas	294.098	100.289	394.387
Fundação CPQD	86.230	23.251	109.481
Companhia de Habitação Popular de Campinas	72.925	24.254	97.179
Centrais de Abastecimento de Campinas	98.855	35.722	134.577
Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa Agropecuária	47.932	25.239	73.171
Subtotal (Receitas de Pessoa Jurídica de Direito Público, Economia Mista e Fundações)	5.680.707	1.276.828	6.957.535
Patrocínio para Projeto Sintonia – SINASA	-0-	115.500	115.500
Fundo Municipal da Criança e do Adolescente – FMCCA	-0-	8.750	8.750
Crédito do Tesouro do Estado de São Paulo – Nota Fiscal Paulista	-0-	19.539	19.539
Totais	5.680.707	1.420.617	7.101.324

Os recursos recebidos e registrados na conta de Receita de Pessoa Jurídica de Direito Público, Economia Mista e Fundações, no valor total de R\$ 7.101.324 (sete milhões, cento e um mil, trezentos e vinte e quatro reais) corresponde ao valor total recebido, dos quais R\$ 5.680.707 (cinco milhões, seiscentos e oitenta mil, setecentos e sete reais) foram repassados aos aprendizes como garantia de direitos e R\$ 1.420.617 (um milhão, quatrocentos e vinte mil, seiscentos e dezessete reais) correspondem ao valor recebido para viabilizar as atividades socioeducativas da Entidade.

Nota Explicativa nº 19:

Na Demonstração do Resultado do Exercício, o grupo de Parcerias do Programa de Socioaprendizagem totaliza as Receitas advindas de pessoas jurídicas de direito privado/conveniadas/parceiras e pessoas jurídicas de direito público e economia mista, considerando a segregação:

Os valores contabilizados nas contas Receitas - Contribuição Socioeducativa, R\$ 2.712.013 (dois milhões, setecentos e doze mil e treze reais) e Receitas - Custeio Gestão Socioeducativa, R\$ 1.276.828 (um milhão, duzentos e setenta e seis mil, oitocentos e vinte e oito reais), que juntas somam R\$ 3.988.841 (três milhões, novecentos e oitenta e oito mil e oitocentos e quarenta e um reais), corresponde ao valor recebido para viabilizar as atividades socioeducativas da Entidade.

Os valores contabilizados nas contas de Receitas – Garantia de Direitos de Aprendizes, no valor de R\$ 5.933.823 (cinco milhões, novecentos e trinta e três mil, oitocentos e vinte e três reais) foram recebidos de empresas de direito privado e R\$ 5.680.707 (cinco milhões, seiscentos e oitenta mil, setecentos e sete reais) foram recebidos de empresas de direito público, economia mista e fundações, totalizando R\$ 11.614.530 (onze milhões, seiscentos e quatorze mil, quinhentos e trinta reais) e foram repassados aos aprendizes, como remuneração e benefícios, gerando renda aos aprendizes e suas famílias. Neste mesmo valor está registrado o repasse aos aprendizes no Grupo de Custos do Projeto Socioaprendizagem que pode ser localizado na DRE Analítica.

Os valores obtidos e registrados nestas contas são integralmente aplicados nas finalidades institucionais, através dos diversos programas desenvolvidos e citados no relatório de atividades.

A Entidade não realiza nenhuma cobrança na prestação de serviços aos seus usuários, todas as atividades são ofertadas de forma 100% gratuita, conforme citado na nota explicativa nº 1, 23 e Art. 18º do seu Estatuto Social.

Nota Explicativa nº 20:

Os recursos foram aplicados nas finalidades institucionais, em conformidade com o Estatuto, demonstrados pelas suas despesas, custos e investimentos patrimoniais.

Nota Explicativa nº 21:

Dispõe o artigo 66 do Estatuto que o CAMPC não tem finalidade lucrativa ou econômica e não distribui entre os seus associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros, eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, sob nenhuma forma, título ou pretexto.

A Interpretação Técnica Geral - ITG 2002, em seu item 20, dispõe que o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo seu valor justo, como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro. Todos os associados, conselheiros e diretores da Entidade são voluntários e, em 2020, o valor reconhecido como justo desses trabalhos somou R\$ 232.423 (duzentos e trinta e dois mil, quatrocentos e vinte e três reais).

Demonstração da isenção/imunidade tributária

Nota Explicativa nº 22:

O CAMPC, em observância aos seus objetivos institucionais, desenvolve suas atividades, sem a finalidade lucrativa, com todas as suas receitas previstas estatutariamente. Ademais, cumpre integralmente todos os requisitos previstos no Código Tributário Nacional para gozo da imunidade tributária prevista na alínea "c" do inciso VI, do artigo 150, da Constituição Federal.

Em 2020, a entidade gozou de imunidades/isenções tributárias, incluindo impostos e contribuições, que totalizam R\$ 6.142.945 (seis milhões, cento e quarenta e dois mil, novecentos e quarenta e cinco reais), cujos valores estão demonstrados em grupo próprio no Ativo e no Passivo e reproduzidos no quadro a seguir:

Imposto/Contribuição	Valores (R\$)
a) Cota Patronal INSS + SAT + Terceiros	3.192.798
b) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	472.587
c) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	453.683
(a+b+c) Subtotal - Contribuições	4.119.068
d) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ)	1.236.232
e) ISSQN – Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza	787.645
(d+e) Subtotal - Contribuições	2.023.877
Total Geral	6.142.945

Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social

Nota Explicativa nº 23:

A Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social é concedida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, com a finalidade de prestação de serviços nas áreas de assistência social, saúde e educação e que atendam ao disposto na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e posterior regulamentação.

Para obter a certificação ou sua renovação, as entidades beneficentes com atuação na área de assistência social deverão demonstrar que realizam ações socioassistenciais, de forma gratuita, permanente, continuada e planejada a quem deles necessitar, sem qualquer discriminação, nos termos da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 e demais legislação específica.

O CAMPC possui Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS (28996.025507/1995-00), renovada pela Portaria SNAS/MDS nº 40, item 48, de 27/02/2018, com validade de 11/03/2018 a 10/03/2021.

O CAMPC atua na área da Assistência Social em conformidade com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), caracterizando suas atividades, conforme código 88.00-6-00 serviços de assistência social sem alojamento, no âmbito da Proteção Social Básica e Promoção da Integração ao Mundo do Trabalho. Atendendo aos requisitos da legislação, a Entidade, utiliza-se de sua receita integral, nos serviços socioassistenciais prestados, de forma integralmente gratuita, ou seja, sem qualquer contraprestação dos usuários. Portanto, o CAMPC aplica inteiramente seus recursos em gratuidades assistenciais, dando total cumprimento ao disposto no Artigo 18, e demais disposições, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, consolidada.

A oferta de vagas e o atendimento às demandas, por meio dos serviços, programas, projetos e atividades na área da assistência social, ocorreram de forma permanente, planejada, continuada e **cem por cento gratuita**, com a inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social de Campinas (CMAS Campinas) e registro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Campinas (CMDCA Campinas), priorizando o atendimento àqueles pertencentes às famílias territorialmente referenciadas aos Distritos de Assistência Social (DAS), Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), rede socioassistencial do município e rede pública de ensino.

No exercício de 2020, diante do cenário indecifrável da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), o Patrulheiros Campinas teve bons impactos em suas ações de assistência social voltadas aos adolescentes, jovens e suas famílias, atendendo 1.352 pessoas diretamente, nos diversos programas, serviços, projetos e ações, listados abaixo para os adolescentes, jovens e seus familiares em atividades individuais e grupais, socioassistenciais, socioeducativas, de cidadania, lazer e de formação e integração ao mundo do trabalho, em algumas atividades os usuários se repetem.

Descrição	2019	2020
Atividades, Serviços, Programas e Projetos	Usuários	Usuários
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)		
Centro de Convivência Transformação - 15 a 17 anos	25	50
Programa de Promoção da Integração ao Mundo do Trabalho (PPIMT)		
Oficina de Formação Geral para o Mundo do Trabalho	715	266
Socioaprendizagem	1478	891
Programa de Estágio de Estudantes	119	80
Projetos e Oficinas comuns ao SCFV e PPIMT, com participação da comunidade		
Projeto Sintonia & Orquestra Sinfônica	65	65
Atividades de Arte-Cultura e Esporte-Laser (coral, futebol de salão e kung fu)	45	-
Sub total	2.447	-
Outras Atividades	Nº de participantes	Nº de participantes
Semana da Prevenção		
Semana da Mulher	680	-
Semana do Trabalho	700	-
Feira Estudantil	980	-
Semana Rosazul	860	-
Projeto Rumo	150	-
Semana da Consciência Negra	620	-
Total de usuários em cada programa.	8.884	1.352

O CAMPC manteve participação ativa nos espaços de elaboração e deliberação das políticas públicas e de direitos, com destaque para representação no Conselho Municipal de Assistência Social de Campinas (CMAS Campinas) e no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Campinas (CMDCA Campinas).

A descrição completa das atividades desenvolvidas pelo CAMPC está no Relatório de Atividades 2020, arquivado em sua sede e à disposição de órgãos públicos e pessoas interessadas.

Wesley Carlos Pacheco
Presidente
CPF 179.447.318-10

Adailton José Santos Silva
Diretor Financeiro
CPF 296.551.294-20

Adriano Elias Brito
Contador
CPF 225.618.018-29
CRC ISP 246817/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Senhores Administradores do
Centro de Aprendizagem e Mobilização pela Cidadania - CAMPC
Campinas – São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **Centro de Aprendizagem e Mobilização pela Cidadania - CAMPC**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Centro de Aprendizagem e Mobilização pela Cidadania - CAMPC** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis do **Centro de Aprendizagem e Mobilização pela Cidadania - CAMPC** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram por nós auditadas, para as quais foi emitido Relatório dos Auditores Independentes em 16 de março de 2020, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante,

**UNIÃO CRISTÃ FEMININA - CNPJ: 44.617.389/0001-94 -
I.M.: 101985-6**

UNIÃO CRISTÃ FEMININA

C.N.P.J 44.617.389/0001-94

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019

inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 18 de março de 2021.

AUDIOESP – Auditoria e Consultoria S/S.
CRC nº 2SP013587/O-8
Ato Declaratório CVM nº 8292/05
IBRACON Nacional nº 161

Jamir Tomaz Oliveira
CRC nº 1SP100506/O-8
CNAI nº 1.300

ATIVO	NOTA EXPLICATIVA	2020	2019
CIRCULANTE			
CAIXA	NT 04	1.556,86	1.033,19
BANCOS C/ MOVIMENTO SEM RESTRIÇÃO	NT 04	26.740,35	18.243,99
BANCOS C/ MOVIMENTO COM RESTRIÇÃO	NT 04	2,09	-
APLICAÇÕES FINANCEIRAS SEM RESTRIÇÃO	NT 05	522.842,60	461.597,32
APLICAÇÕES FINANCEIRAS COM RESTRIÇÃO	NT 05	105.505,43	42.320,14
CONVÊNIOS, SUBVENÇÕES E PARCERIAS			
FMAS-SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	NT 07	145.746,60	128.657,64
FMAS-SECRETARIA ESTADUAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	NT 07	-	-
FUNDAÇÃO FEAC	NT 07	45.263,55	22.176,33
FMDCA		1.634,06	-
DESPESAS ANTECIPADAS			
ADIANTAMENTO DE FÉRIAS		6.219,27	5.536,48
ADIANTAMENTO A FORNEDORES		490,10	82,00
ADIANTAMENTO DE SALÁRIOS		-	77,98
PREMIO DE SEGUROS		-	632,19
TOTAL DO CIRCULANTE		856.000,91	680.357,26
NÃO CIRCULANTE			
IMOBILIZADO SEM RESTRIÇÃO	NT 04	36.367,39	25.888,54
IMOBILIZADO COM RESTRIÇÃO	NT 04	51.074,91	51.074,91
(-) DEPRECIACÃO ACUMULADA	NT 04	(35.104,12)	(27.697,24)
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		52.338,18	49.266,21
TOTAL ATIVO		908.339,09	729.623,47

PASSIVO	NOTA EXPLICATIVA	2020	2019
CIRCULANTE			
FORNECEDORES		1.256,40	1.290,10
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS	NT 04	33.290,40	32.337,40
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	NT 04	1.957,93	1.746,86
CONVÊNIOS, SUBVENÇÕES E PARCERIAS			
FMAS-SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	NT 07	251.304,48	170.496,70
FMAS-SECRETARIA ESTADUAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	NT 07	-	-
FMDCA	NT 07	1.636,15	311,17
FUNDAÇÃO FEAC	NT 07	122.273,01	46.486,91
RECEITA DIFERIDA			
RECEITA DIFERIDA	NT 07	5.114,40	5.114,40
TOTAL DO CIRCULANTE		416.832,77	257.783,54
NÃO CIRCULANTE			
RECEITA DIFERIDA	NT 07	21.440,04	26.554,44
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		21.440,04	26.554,44
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
PATRIMÔNIO SOCIAL		656.477,76	656.477,76
SUPERÁVIT/ DÉFICIT DO EXERCÍCIO ACUMULADO		(6.376,95)	-
SUPERÁVIT/ DÉFICIT DO EXERCÍCIO		24.780,79	(6.376,95)
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL		(204.815,32)	(204.815,32)
TOTAL DO PATRIMÔNIO SOCIAL		470.066,28	445.285,49
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		908.339,09	729.623,47

AS NOTAS EXPLICATIVAS SÃO PARTE INTEGRANTE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CRISTINA RUBIM PODOLSKY

PRESIDENTE

JADER SIQUEROLI

CRC 1SP263388/O-0

UNIÃO CRISTÃ FEMININA C.N.P.J 44.617.389/0001-94			
FLUXO DE CAIXA			
DESCRIÇÃO	2020	2019	
1-FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
RESULTADO DO EXERCÍCIO	24.780,79	(6.376,95)	
DEPRECIACÃO E AMORTIZACÃO	7.406,88	7.406,88	
AUMENTO EM CONTAS A RECEBER	(41.810,24)	(37.910,49)	
AUMENTO DE DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	(380,72)	(2.509,80)	
AUMENTO EM FORNECEDORES	(33,70)	1.290,10	
DIMINUIÇÃO EM OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA	211,07	(173,82)	
AUMENTO EM OBRIGAÇÕES TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIAS	953,00	20.335,96	
AUMENTO SUBVENÇÕES	157.918,86	83.669,13	
DIMINUIÇÃO DE OUTRAS OBRIGAÇÕES	(5.114,40)	(5.114,40)	
(=) DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	143.931,54	60.616,61	
2-FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
COMPRAS DE IMOBILIZADO	(10.478,85)	(1.198,00)	
BAIXAS IMOBILIZADO	-	-	
(=) DISPONIBILIDADE LÍQUIDA GERADAS PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(10.478,85)	(1.198,00)	
3-FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES FINANCEIRAS			
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	-	-	
(=) DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-	
4. AUMENTO NAS DISPONIBILIDADES	133.452,69	59.418,61	
5. DISPONIBILIDADE NO INÍCIO DO PERÍODO	523.194,64	463.776,03	
6. DISPONIBILIDADE NO FINAL DO PERÍODO	656.647,33	523.194,64	

CRISTINA RUBIM PODOLSKY
PRESIDENTE

JADER SIQUEROLI
CRC 1SP263388/O-0